

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe**
- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Formulário de marcação) válida para a realização das provas.
 - Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
 - Eventuais espaços em branco ou não preenchidos com respostas, mesmo que não estejam em seu caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

INSS – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

ÉTICA (KÁTIA LIMA)

Sobre ética geral e ética nos serviço público, tendo por base os Decretos n. 1.171/1994 e n. 6.029/2007, julgue os itens abaixo:

- Ética e moral apresentam significados diferentes, mas são muitas vezes tratados como sinônimos. A moral, diferente da ética, é concreta e prevê regras claras e definidas para um determinado grupo, sendo por isso mesmo particular.
- Servidor público jamais poderá renunciar ao elemento ético na sua conduta, mesmo que a situação seja emergencial ou calamitosa.
- A Comissão de Ética Pública (CEP) será integrada por três servidores que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em Administração Pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, permitida uma única recondução.

DIREITO CONSTITUCIONAL (WELLINGTON ANTUNES)

- Considere que Afonso seja servidor do INSS e tenha sido eleito como deputado estadual. Nessa situação, se houver compatibilidade de horário entre suas atividades na autarquia federal e sua atuação como deputado, Afonso pode acumular os dois cargos e receber as vantagens e as remunerações a eles referentes.
- O ato de improbidade administrativa praticado por servidor público, quando apurado e reconhecido mediante devido processo administrativo, resulta na cassação dos direitos políticos.
- O ingresso de empregado público em sociedade de economia mista não depende de prévia aprovação em concurso público, uma vez que, nesse caso, inexistente garantia de estabilidade ao trabalhador.

- Não se exige a edição de lei formal, por cada ente da Federação, para que o nepotismo seja considerado ilícito, bem como para que sua prática seja coibida em cada ente.
- Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se o mesmo regime de previdência dos cargos efetivos.
- O princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade é um princípio constitucional não positivado.
- Conforme previsão constitucional, o exercício do direito de greve, no âmbito do serviço público, depende de lei complementar.

DIREITO ADMINISTRATIVO (RODRIGO CARDOSO)

- Os atos administrativos, como manifestações ou declarações de vontade da Administração Pública, para assim serem considerados, são dotados de imperatividade.
- Alessandro teve seu veículo furtado nas dependências de uma empresa pública federal que é pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a qual deixou de agir com o cuidado necessário à vigilância. Nessa situação hipotética, considerando-se os dispositivos constitucionais e o entendimento do STF, a entidade deverá ser responsabilizada civilmente de forma objetiva pelo dano suportado por Alessandro.

Julgue os itens abaixo com fundamento do direito administrativo.

- O Tribunal de Contas da União tem competência constitucional para impor sanções, razão pela qual o Poder Judiciário não pode desempenhar o controle de legalidade dos atos de fiscalização por eles exercidos.
- Dentro da classificação dos Agentes Públicos, os Secretários de Estado e os empregados públicos são considerados, respectivamente, agentes políticos e agentes administrativos.
- O excesso de poder compreende a atuação do administrador dentro de sua competência, porém visando a fim diverso do previsto no ordenamento jurídico vigente.

16 A União autorizou a criação, por meio de lei ordinária específica, de uma empresa estatal para exploração da atividade econômica, promovendo a inscrição de seus atos constitutivos no registro de pessoas jurídicas. **Assertiva:** a empresa estatal terá personalidade de direito privado, sendo seus bens regidos pelo direito comum.

Julgue o item abaixo considerando a Lei n. 8.429/1992.

17 Amadeu representou à autoridade administrativa competente acusando Adriano, Diretor de autarquia, da prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, pleiteando, assim, que fosse instaurada a respectiva investigação. **Assertiva:** a ação de improbidade somente poderá ser proposta pelo Ministério Público.

GRAMÁTICA E TEXTO

(LUCAS LEMOS)

1 Renato Janine Ribeiro: A velocidade ficou maior que as pessoas conseguem alcançar. Somos bombardeados diariamente sobre novidades na produção do hardware e do software dos computadores. O indivíduo tem um computador
5 e, em pouco tempo, é lançado outro mais potente. Talvez em breve as pessoas se convençam de que não há necessidade de uma renovação tão frequente. A maioria das pessoas usa bem pouco dos recursos de seus computadores. Devemos sempre lembrar que, para nos servir, existem as invenções, e não o
10 contrário. Quer dizer, a demanda é que as pessoas se adaptem às máquinas, e não que as máquinas se adaptem às pessoas.

Flávio Gikovate: Tenho a impressão de que isso não ocorre só com a tecnologia. Tenho a sensação de que sempre chegamos tarde. As pessoas compram muitas coisas desnecessárias. Veja o caso das roupas: só porque a cintura da calça
15 subiu ou desceu ligeiramente, elas trocam todas as que possuíam. Trata-se de um movimento em que as pessoas estão sempre devendo.

GIKOVATE, Flávio & RIBEIRO, Renato Janine. **Nossa sorte, nosso norte.** Campinas: Papirus, 2012 (com adaptações)

Considerando os aspectos linguísticos e semânticos, julgue os itens seguintes:

18 Infere-se, a partir das informações do primeiro parágrafo do texto, que o autor reforça a ideia de que as invenções existem para servir às pessoas.

19 Está evidente no texto uma crítica para o uso inadequado dos recursos oferecidos pelos computadores.

20 O emprego do tempo e modo verbais de “convençam” (l. 6) indica uma sugestão para o raciocínio que se segue.

21 Na linha 10, a expressão “é que” confere ênfase ao elemento que o antecede.

22 A substituição de “Devemos sempre lembrar que (...)” (l. 8-9) por **Devemos sempre nos lembrar de que** manteria a correção gramatical sem alterar o sentido original do texto.

23 A inserção do vocábulo “do” imediatamente após o termo “maior” (l. 1) preservará tanto a correção gramatical quanto o sentido original do texto.

24 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “usa” (l. 7) poderia ser flexionada no plural.

25 A expressão “as invenções” (l. 9) exerce função sintática de complemento direto da forma verbal “existem” (l. 9).

26 Se “às”, em “as máquinas se adaptem às pessoas” (l. 11), fosse substituído por **a**, a correção gramatical do período seria prejudicada.

27 A forma verbal “há”, em “não há necessidade de uma renovação tão frequente” (l. 6-7), poderia ser corretamente substituída por **exista**.

1 Diversos países estão propondo alternativas para enfrentar o problema da poluição oceânica, mas, até o momento, não tomaram quaisquer medidas concretas. A organização holandesa *The Ocean Cleanup* resolveu dar um passo à frente
5 e assumir a missão de combater a poluição oceânica nos próximos anos.

A organização desenvolveu uma tecnologia para erradicar os plásticos que poluem os mares do planeta e pretende começar a limpar o *Great Pacific Garbage Patch* (a maior coleção de detritos marinhos do mundo), no Oceano Pacífico Norte, utilizando seu sistema de limpeza recentemente redesenhado.
10

Em resumo, a ideia principal do projeto é deixar as correntes oceânicas fazer todo o trabalho. Uma rede de telas
15 em forma de “U” coletaria o plástico flutuante até um ponto central. O plástico concentrado poderia, então, ser extraído e enviado à costa marítima para fins de reciclagem.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados.** Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109.

Com base nas estruturas gramaticais e semânticas do texto, julgue os itens seguintes.

28 Afirma-se, no texto, que a organização holandesa propõe recolher, por meio de uma rede, os plásticos que poluem os mares.

- 29 É possível inferir a partir da leitura do texto que a organização holandesa criou o atual sistema de limpeza a partir de um projeto anterior.
- 30 A substituição da conjunção “então” (l. 16) por **logo** ou por **destarte** preservaria a ideia conclusiva do parágrafo.
- 31 O sujeito da oração iniciada pela forma verbal “tomaram” (l. 3) é indeterminado.
- 32 As palavras “Pacífico”, “extraído” e “marítima” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

REDAÇÃO OFICIAL (MÁRCIO WESLEY)

Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), 3ª edição, julgue os próximos itens.

- 33 O trecho seguinte é adequado para compor a parte inicial de um ofício.

Brasília/DF, 5 de Agosto de 2020.

À Ilma. Senhora
Ana Silva
INSS
CEP 70070-946 – Brasília/DF

Assunto: Curso de aperfeiçoamento em atendimento ao público

- 34 Os atributos da linguagem em correspondências oficiais, tais como clareza, impessoalidade, concisão, formalidade, uniformidade, colaboram para obter um padrão oficial de linguagem nos documentos públicos.
- 35 Os fechos que devem ser empregados em correspondências oficiais podem ser dois: “Respeitosamente,” quando a correspondência se dirige a um superior hierárquico, ou “Atenciosamente,” quando a correspondência se dirige a um inferior hierárquico ou ocorre entre autoridades de mesma hierarquia.
- 36 Embora tenha certa liberdade em sua formatação, o correio eletrônico ainda deve primar pelo emprego de linguagem formal e de impessoalidade.
- 37 Abaixo do fecho, em ofícios, apõem-se, nessa ordem, assinatura do redator, seu nome completo e seu cargo, exceto nas correspondências assinadas pelo Presidente da República.

RACIOCÍNIO LÓGICO (MARCELO LEITE)

- 38 Considere que as proposições “Paulo é analista do INSS” e “Paulo é servidor público” sejam representadas por P e Q respectivamente, então a sentença “Paulo é servidor público, desde que ele seja analista do INSS” pode ser representada por $Q \rightarrow P$.
- 39 Caso a proposição “Lúcia não é servidora do INSS” seja verdadeira, então a expressão “Lúcia é servidora do INSS, logo ela é graduada” possui valor lógico verdadeiro.
- 40 A expressão “Paulo é técnico do INSS ou Carmem é Analista do INSS” pode ser negada por “Paulo não é técnico do INSS nem Carmem é analista do INSS”.
- 41 A sentença “Se Ana vai ao clube, então Carlos vai à praia” é equivalente a “Se Carlos vai à praia, então Ana vai ao clube”.
- 42 Quatorze servidores do INSS irão fazer um curso de especialização, em outro estado. Esses servidores serão distribuídos em duas equipes, com igual quantidade de pessoas. O número de maneiras que esses servidores podem ser distribuídos nas equipes é igual a $\frac{14!}{7!^2}$.

INFORMÁTICA (FABRÍCIO MELO)

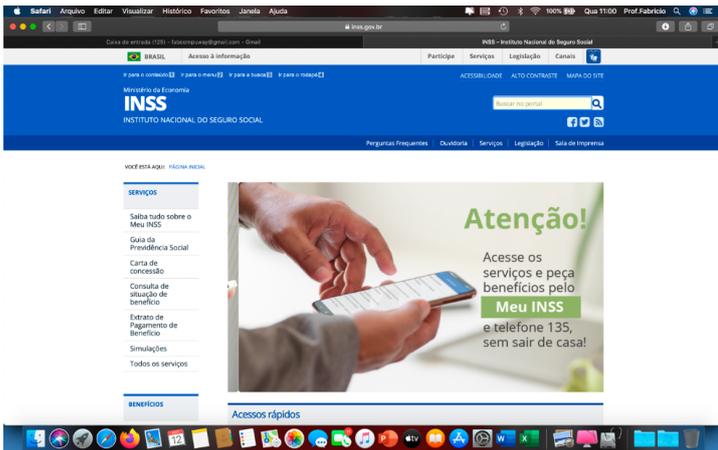
Sobre o Windows 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo:

- 43 Através do Windows Hello, o Windows pode usar dispositivos que são emparelhados com o computador para ajudar a detectar quando o usuário está ausente e bloquear seu computador logo depois que seu dispositivo emparelhado sair do alcance do Bluetooth. Isso torna mais difícil para alguém ter acesso ao seu dispositivo se o usuário sair do computador e esquecer de bloqueá-lo.

Sobre conhecimentos relacionados ao Mozilla Firefox, versão 79 ou superior, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item.

- 44 Quando o usuário abre a página inicial padrão do Firefox, ou abre uma nova aba no Firefox, aparece um pequeno conteúdo na página (na parte de baixo, ou sob a barra de pesquisa na página de nova aba), conhecido como um snippet.

De acordo com a figura e conhecimentos relacionados a tecnologias concernentes à Internet, julgue o item.

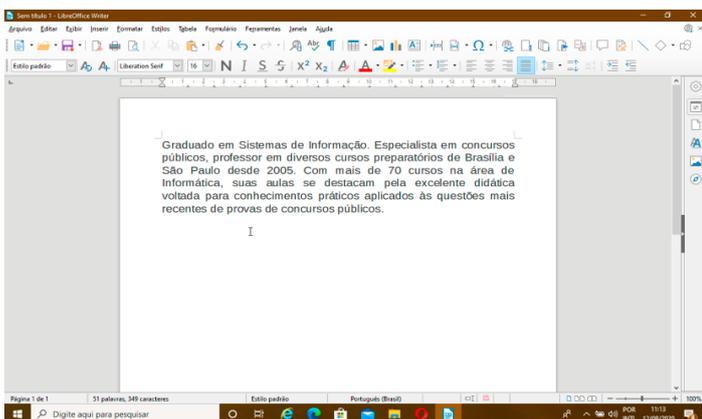


45 Ao se preencher o campo de pesquisa indicado na página mostrada e clicar o botão **PESQUISAR**, uma aplicação cliente/servidor será iniciada entre um servidor do sítio do INSS e o computador do usuário, é correto concluir que, com base nos conceitos e modos de funcionamento da Internet atuais, um conjunto de protocolos de comunicação denominado TCP/IP será utilizado para possibilitar a troca de informações entre o servidor e o cliente. Com o uso desses protocolos, as informações são enviadas na forma de pacotes, que contêm, cada um, além da informação a ser enviada e de outros dados, o número IP do computador de destino. Nessa comunicação, é possível que pacotes referentes a uma mesma informação trafeguem pela rede por caminhos diferentes entre a origem e o destino.

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

46 DDOS (negação de serviço distribuído) é um tipo específico de phishing que envolve a redireção da navegação do usuário para sites falsos, por meio de alterações no serviço de DNS (Domain Name System). Neste caso, quando o usuário tenta acessar um site legítimo, o seu navegador Web é redirecionado, de forma transparente, para uma página falsa.

Sobre a figura e conhecimentos relacionados ao Libre Office 6.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue o próximo item.



47 É possível a inserção de uma tabela, abaixo do texto, por meio do menu Inserir, Tabela. Na caixa Inserir Tabela é possível escolher o nome da tabela, quantidade de linhas, colunas dentre outras opções.

REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO (RODRIGO CARDOSO)

Conforme estabelece a Lei n. 8.112/1990, julgue os próximos itens.

48 Paulo Ambrósio é servidor do INSS lotado no Distrito Federal e foi indicado pelo chefe imediato para realizar curso de capacitação por dez dias em São Paulo. O órgão custeou sua pousada e transporte para o local do curso. **Assertiva:** Paulo não terá direito a uma diária por dia de afastamento.

49 Ana Carla, servidora do INSS, foi convidada para ministrar curso de direito previdenciário para os novos servidores da autarquia. A aula será ministrada em turno contrário ao que exerce suas funções no órgão. **Assertiva:** a servidora poderá ministrar curso por até cento e vinte horas anuais, salvo situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais.

50 Servidor efetivo do INSS que for eleito Deputado Federal deverá ficar afastado do cargo público, no entanto poderá optar pela remuneração do cargo público ou pelo subsídio do cargo eletivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURIDADE SOCIAL – DIREITO PREVIDENCIÁRIO (CARLOS MENDONÇA)

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o texto acima e com o que dispõe a Constituição da República sobre os princípios da seguridade social.

- 51** Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- 52** A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais permite o tratamento diferenciado entre essas camadas sociais.

Julgue o item a seguir de acordo com o texto da Constituição de 88.

- 53** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, dentre outras, da contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

Julgue o item a seguir de acordo com as regras do RGPS na Constituição de 88.

- 54** O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- 55** Não incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social da União que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Julgue os itens a seguir, de acordo com as regras constitucionais sobre a previdência social.

- 56** O tempo de serviço militar e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.
- 57** Lei Complementar instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.
- 58** Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

- 59** O beneficiário do Seguro-Desemprego concedido nos termos do disposto na Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e da Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003, é segurado obrigatório da previdência social, durante os meses de percepção do benefício.
- 60** Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente. (Redação dada pela Lei n. 13.846, de 2019).

Julgue os itens a seguir de acordo com as regras da pensão por morte previstas na Lei n. 8.213/1991.

- 61** As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período superior a 24 (vinte e quatro) meses, anterior à data do óbito ou do recolhimento à prisão do segurado, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no regulamento.

62 Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

63 Em relação à inscrição e filiação do segurado, não será admitida a inscrição *post mortem* de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo.

Julgue o item a seguir de acordo com o Regime Geral de Previdência Social – RGPS previsto na Lei n. 8.213/1991 e na Lei n. 8.212/1991.

64 Os benefícios previstos na Lei n. 8.213/1991 poderão ser solicitados, pelos interessados, aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, que encaminharão, eletronicamente, requerimento e respectiva documentação comprobatória de seu direito para deliberação e análise do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos do regulamento.

65 O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais remeterá ao INSS, em até 3 (três) dias úteis, pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia.

66 Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos da Lei n. 8.213/1991, o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho, no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

67 Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com metade dos períodos de carência previstos na Lei n. 8.213/1991.

Em relação ao cálculo dos benefícios do RGPS, julgue o item a seguir.

68 Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, inclusive o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

69 O valor mensal do auxílio-acidente não integra o salário de contribuição, para fins de cálculo do salário de benefício de qualquer aposentadoria.

70 O salário de benefício do segurado que contribuir em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários de contribuição das atividades exercidas na data do requerimento ou do óbito, ou no período básico de cálculo, observadas as demais regras de cálculo.

Em relação à qualidade de segurado, julgue os itens abaixo com base no Regulamento da Previdência Social, atualizado pelo Decreto n. 10.410/2020.

71 Para o contribuinte individual, o período de graça, aquele no qual, mesmo sem contribuição, a qualidade de segurado é mantida, inicia-se no primeiro dia do mês subsequente da última contribuição paga sem atraso.

72 A qualidade de segurado será mantida, independente de qualquer contribuição para a previdência social, enquanto o segurado estiver em gozo de benefício.

73 O segurado poderá complementar o valor da sua contribuição, de forma a alcançar valor igual salário mínimo de contribuição, para garantir a manutenção da qualidade de segurado.

74 A qualidade de segurado será mantida até o último dia útil do mês seguinte ao termo final dos prazos estabelecidos no artigo 13 do Regulamento da Previdência Social.

Sobre os dependentes, para fins da Previdência Social, julgue os itens a seguir.

75 Para a comprovação da dependência econômica, deverão ser apresentados pelo menos três dos documentos listados no Regulamento da Previdência Social.

76 Os dependentes inválidos ou com deficiência intelectual, mental ou grave deverão ser submetidos previamente a exame por perito do INSS; no caso de deficiência, o dependente deverá ser submetido a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

77 Cônjuge, filhos, companheiros, o tutelado e o enteado são dependentes preferenciais e serão inscritos como dependentes quando do requerimento do benefício a que tiver direito, mediante a apresentação dos documentos indicados no Regulamento da Previdência Social.

Quanto ao benefício por incapacidade permanente é correto afirmar.

- 78** O benefício por incapacidade permanente será devido a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio por incapacidade temporária.
- 79** O valor do benefício inicial do RGPS será calculado aplicando-se o índice de 60% do salário de benefício, acrescido de 2% ao ano que exceder 20 anos de contribuição para homens e mulheres.
- 80** Para o Regime Próprio da Previdência Social da União, o valor do benefício por incapacidade permanente será calculado à base de 60% do salário de benefício, acrescido de 2% ao ano que exceder 20 anos de contribuição para os homens e ao que exceder 15 anos para as mulheres.
- 81** Caso a incapacidade permanente seja decorrente de acidente do trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, o valor do benefício será calculado à proporção de 100% do salário de benefício.
- 82** No caso do Regime Próprio da Previdência Social, somente será aposentado por incapacidade permanente o servidor que não for suscetível de ser readaptado em outro cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física.
- 83** O aposentado por incapacidade permanente no RGPS, mesmo que retorne voluntariamente às atividades, somente terá a sua aposentadoria cassada, a partir da data que a perícia atestar a capacidade do segurado.

O benefício de pensão por morte sofreu drásticas alterações com a Emenda Constitucional n. 103/2019. Com base no texto constitucional e no Regulamento da Previdência Social, julgue os itens a seguir:

- 84** A reforma da previdência de 2019 trouxe de volta ao ordenamento jurídico nacional os conceitos de “cota familiar”, equivalente a 60% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente, e de “cota por dependente”, equivalente a 10 pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100%.
- 85** Caso um dos dependentes que tenham direito a pensão por morte seja inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor do benefício será de 100% da aposentadoria já concedida ou a que o segurado teria direito por incapacidade permanente, independente da quantidade de dependentes.

- 86** O benefício de pensão por morte das forças policiais federais, agentes penitenciários ou socioeducativos federais, quando decorrer de agressão sofrida no exercício em razão da função será vitalícia e equivalente à remuneração do cargo.
- 87** Considera-se como forças policiais federais a polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia legislativa federal (Senado e Câmara) e polícia civil do Distrito Federal.
- 88** É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no mesmo regime de previdência, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor e decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.
- 89** É vedada ao cônjuge ou companheiro a acumulação do benefício de pensão por morte com a percepção de qualquer outro benefício, mesmo que percebidos por regimes distintos.
- 90** A escolha pela percepção do benefício de forma integral, decorrente de acumulação de benefício de pensão por morte e outro benefício percebido pelo cônjuge ou companheiro, é irrevogável e irretroatável, nos termos do texto da Emenda Constitucional n. 103/2019.
- 91** A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- 92** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Neste passo, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
- 93** Lei complementar poderá disciplinar a cobertura de benefícios não programados, inclusive os decorrentes de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo setor privado.

- 94** Lei Complementar instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.
- 95** Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de 75 anos.
- 96** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação da CF/88, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono do PIS/PASEP.
- 97** Dentre as diversas regras de transição do RGPS para a concessão de aposentadoria, está prevista a regra de pontos, sendo certo que para 2020 a pontuação será de 87/97, respectivamente para mulheres e homens, desde que cumprido o tempo mínimo de contribuição.
- 98** Dentre as diversas regras de transição do RGPS para a concessão de aposentadoria, está prevista a regra que exige idade mínima, sendo certo que para 2020 a referida idade será de 56 e seis meses/61 e 6 meses, respectivamente para mulheres e homens, desde que cumprido o tempo mínimo de contribuição.
- 99** Dentre as diversas regras de transição do RGPS para a concessão de aposentadoria, está prevista a regra que exige pedágio de 50% do tempo de contribuição restante para os segurados que possuírem 28/33 anos de contribuição, respectivamente mulheres e homens, na data da promulgação da Emenda n. 103/2019.
- 100** Dentre as diversas regras de transição do RGPS para a concessão de aposentadoria, está prevista a regra específica para a aposentadoria por idade, na qual a mulher poderá se aposentar aos 60 anos e seis meses em 2020, desde que cumprida a carência de 15 anos de contribuição.
- 101** Caso o segurado, na data do óbito, esteja obrigado a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge ou a ex-companheiro, a pensão por morte será devida pelo prazo estabelecido na determinação judicial.
- 102** O valor do benefício de pensão por morte, havendo mais de um dependente, será rateado em partes iguais, essas cotas cessarão com a perda da qualidade de dependente e serão reversíveis aos demais dependentes.
- Quanto ao processo administrativo previdenciário, nos termos do Regulamento da Previdência Social, atualizado pelo Decreto n. 10.410/2020, é correto afirmar:
- 103** A apresentação de documentação incompleta acarretará em recusa do requerimento de benefício ou serviço. Nesse caso a decisão proferida pelo INSS será sem análise do mérito.
- 104** Não caberá recurso da decisão que determine o arquivamento do requerimento sem análise de mérito decorrente da não apresentação de documentação indispensável ao exame do requerimento.
- 105** O arquivamento do processo não inviabiliza a apresentação de novo requerimento pelo interessado, com o mesmo objeto e com a mesma causa de pedir, devendo ser considerada como DER a data do novo requerimento.
- 106** No caso de apresentação de documento após a decisão do INSS, será considerada como DER – data de entrada do requerimento – a data de juntada do documento ao processo administrativo.
- 107** Em relação aos segurados que se filiarem ao RGPS após a reforma da previdência (EC n. 103/2019), a aposentadoria será concedida aos 65/62 anos de idade, respectivamente para homens e mulheres, desde que cumprida a carência de 20/15 anos de contribuição, respectivamente para homens e mulheres.
- 108** Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

- 109** Em relação a previdência complementar do servidor, até que seja disciplinada a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e entidades abertas de previdência complementar, somente entidades fechadas de previdência complementar estão autorizadas a administrar planos de benefícios patrocinados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente.
- 110** Na hipótese de extinção por lei de regime previdenciário e migração dos respectivos segurados para o Regime Geral de Previdência Social, serão observados, até que lei federal disponha sobre a matéria, dentre outros, o seguinte requisito pelo ente federativo: assunção integral da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a vigência do regime extinto, bem como daqueles cujos requisitos já tenham sido implementados antes da sua extinção.

SEGURIDADE SOCIAL – LOAS (RAVAN LEÃO)

Considerando a CF e a LOAS, no que tange à assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

- 111** Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas pela União aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- 112** A Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e o Serviço Social não são sinônimos, assim, atuam respeitando os princípios da supremacia da necessidade social, universalização dos direitos sociais, dentre outros que regem a assistência social em todo Brasil.
- 113** Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo.
- 114** Consideram-se entidades e organizações da sociedade civil aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- 115** As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social que atuam na educação, assistência social e na promoção da saúde de modo indireto.
- 116** O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, tendo como instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Considerando as disposições da Constituição Federal, no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item.
- 117** A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- Considerando a LOAS no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item.
- 118** Em razão do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal per capita previsto para concessão do BPC poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo.
- 119** O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda per capita.
- 120** É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata essa lei, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social do Plano de Assistência Social.



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**

Folha de Respostas

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20
Gabarito

Item 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40
Gabarito

Item 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60
Gabarito

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80
Gabarito

Item 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100
Gabarito

Item 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120
Gabarito



NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 GRAN CURSOS
QUESTÕES

